

Ajudar o Haiti

O Parlamento Europeu debateu a **tragédia no Haiti** dividido entre críticas à ausência da Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, **Catherine Ashton** e a defesa de uma resposta urgente que chegue às pessoas.

ver pág. 3

Europa apoia Madeira e Açores

Com o objectivo de reforçar a competitividade dos produtos insulares e estimular o emprego, **Nuno Teixeira** propôs o alargamento da suspensão de direitos aduaneiros até 2019.

ver pág. 5

A Europa da Justiça

Ao apelar à Comissão e ao Conselho para que sejam asseguradas as garantias processuais nos processos penais, **Carlos Coelho** sublinhou que é necessário construir a Europa da Justiça e não apenas da Segurança.

ver pág 5

em destaque:

Começa a Presidência Espanhola

José Luis Zapatero apresentou, em Estrasburgo, as **prioridades da Presidência espanhola**.

As quatro prioridades para o primeiro semestre de 2010 são:

- 1- **Recuperação económica e Criação de Emprego**
- 2- **Aplicar o Tratado de Lisboa**
- 3- **Reforçar a Europa no Mundo**
- 4- **Melhorar o exercício da cidadania europeia**

Zapatero referiu ainda a necessidade da criação de "**um mercado comum de energia**" para ajudar a UE a reduzir a sua dependência energética, e de um "**mercado interno digital**", essencial para reforçar a produtividade e promover o *e-commerce*.

Zapatero defendeu também o desenvolvimento de uma indústria automóvel sustentável e a **promoção de carros eléctricos**, o que contribuiria para o **combate às alterações climáticas e para o progresso tecnológico**.

Para que a UE desempenhe um "*papel de liderança*" no futuro tem de investir também na **inovação** e na **educação**, frisou o primeiro-ministro espanhol.

Zapatero assumiu ser "*um grande defensor do Pacto de Estabilidade e Crescimento*", mas também de "*estímulos públicos*", que devem ser corrigidos quando as circunstâncias o permitirem".

A implementação dos novos instrumentos criados pelo Tratado de Lisboa, como a **iniciativa popular que permite aos cidadãos propor legislação** às instituições europeias, a **luta contra a violência doméstica** e a protecção das mulheres e das vítimas de outros crimes foram outros dos assuntos abordados pelo Presidente em exercício do Conselho.

ver pág. 10

Índice

Europeus desaparecidos no Haiti.....	3
Intervenção da UE no Haiti.....	3
Madeira e Açores: suspensão de direitos aduaneiros.....	5
Revisão do Acordo de Parceria África, Caraíbas, Pacífico - UE.....	6
Eleição do Provedor de Justiça Europeu.....	9
Zapatero dirige-se ao PE.....	10
Direitos processuais em processo penal.....	13
Acordo Swift com os EUA.....	15
Ordem do dia.....	17

Responsável: *Pedro Paulos e Cruz*

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Europeus desaparecidos no Haiti

O Parlamento Europeu respeitou esta tarde um minuto de silêncio pelas vítimas do sismo no Haiti. O Presidente Jerzy Buzek lembrou que a vice-directora da delegação da Comissão Europeia no Haiti e antiga funcionária do Parlamento Europeu, Pilar Juarez Boal, continua desaparecida, transmitindo a sua solidariedade a todas as pessoas afectadas pela tragédia.

Execução de um cidadão britânico na China

O Presidente do PE condenou a execução pela China de um cidadão britânico, Akmal'a Shaikh'a, uma das sete mil pessoas executadas anualmente naquele país.

Jerzy Buzek sublinhou que o PE sempre condenou a pena de morte e que vai continuar os seus esforços para que seja aplicada uma moratória universal.

Eleições na Ucrânia

"Esperamos que as eleições tenham sido democráticas", disse o Presidente do PE, referindo que os observadores parlamentares no terreno deverão enviar em breve a sua avaliação. A próxima volta das eleições realiza-se a 7 de Fevereiro.

Presidência espanhola

A Espanha assumiu a 1 de Janeiro a primeira presidência rotativa após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. *"Esperamos que a presidência seja um êxito e que alcance os seus objectivos"*, desejou Jerzy Buzek.

Haiti: ajuda europeia tem de chegar às pessoas no terreno, insistem eurodeputados

Os eurodeputados apelaram hoje a que a ajuda disponibilizada pela União Europeia chegue ao Haiti o mais rapidamente possível e que haja um sólido compromisso na reconstrução do país. Na sua primeira intervenção no plenário de Estrasburgo, a Alta Representante Catherine Ashton disse que *"o nosso objectivo é aliviar o sofrimento das pessoas e o nosso compromisso a longo prazo é a reconstrução"* do país.

Catherine Ashton qualificou a situação no Haiti de *"desastre político e humanitário em massa"*. Os ministros europeus responsáveis pelo Desenvolvimento decidiram ontem disponibilizar 122 milhões de euros em ajuda humanitária e 100 milhões de euros em ajuda não humanitária ao país. *"É uma grande resposta num curto espaço de tempo. Arranjar dinheiro será menos difícil do que fazê-lo chegar lá"*, disse a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros.

Ashton adiantou que o Conselho irá analisar novamente a situação no Haiti na próxima segunda-feira, 25 de Janeiro, sendo provável que venha a decidir o envio de um contingente da Eurogendfor (European Gendarmerie Force) a Port-au-Prince.

"A UE respondeu depressa, mas tenho reagido ao impulso de viajar para lá", explicou a Alta Representante aos eurodeputados, em linha com o que lhe foi aconselhado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. Ashton acrescentou que irá ainda esta semana aos Estados Unidos para coordenar esforços com a ONU e a Administração norte-americana.

"Não se trata apenas de salvar vidas humanas, trata-se de salvar um país no seu todo", sublinhou o Comissário para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária. Karel De Gucht disse que vai viajar amanhã para o Haiti e que visitará também a vizinha República Dominicana.

Intervenção dos grupos políticos

Para **Gay Mitchell** (PPE, IE), a União Europeia, enquanto maior doador de ajuda humanitária a nível mundial, *"tem de estar mais visível no terreno"*, sugerindo o envio de grupos policiais. O eurodeputado frisou que a pobreza, o maior problema do Haiti, requer uma resposta a longo prazo.

Linda McAvan (S&D, UK) apelou ao reforço da ajuda europeia e adiantou que uma conferência internacional deverá abordar o problema da dívida. *"O público tem respondido de forma magnífica"* aos pedidos de ajuda, acrescentou, referindo-se às iniciativas de angariação de fundos.

"Os problemas burocráticos estão a dificultar claramente a distribuição da ajuda, com sérias consequências no terreno", reconheceu Liam Aylward (ALDE, IE), apelando a uma *"assistência coordenada"* e uma *"liderança mais clara"*. O desenvolvimento do Haiti a longo prazo deve ser uma prioridade: *"Quando as câmaras de televisão se forem embora, a UE tem de continuar o seu trabalho para desenvolver e reconstruir o país"*, declarou.

Eva Joly (Verdes/ALE, FR), presidente da Comissão do Desenvolvimento do PE, disse que *"as organizações internacionais têm imposto as políticas erradas ao Haiti e enfraquecido o tecido social do país"*. *"Temos de dar todo o apoio que for possível, mas temos também de questionar os nossos métodos para o desenvolvimento"*. A eurodeputada acabou fazendo uma comparação entre os 150 mil milhões de dólares para os bancos americanos com a ajuda disponibilizada agora para o Haiti.

Nirj Deva (ECR, UK) frisou a necessidade de reconstruir e melhorar as infraestruturas do país e apelou ao estabelecimento de uma operação global de salvamento.

Na opinião de **Patrick Le Hyaric** (CEUE/EVN, FR), a assistência europeia tem de ser aumentada e o sistema bancário mundial também tem de contribuir para a ajuda ao Haiti. O eurodeputado disse ainda que o PE deve anunciar o seu apoio ao cancelamento incondicional da dívida ao país. E não se deve permitir que os Estados Unidos *"ocupem o Haiti"* com o pretexto da ajuda, acrescentou.

Fiorello Provera (EFD, IT) focou a sua intervenção na necessidade de reconstruir as infraestruturas do país e de distribuir os fundos de maneira apropriada. O eurodeputado sugeriu o estabelecimento de um *"sistema de controlo para que os fundos não sejam desviados, num país com altos níveis de corrupção e com um governo fraco"*.

Nick Griffin (NA, UK) disse que "*sentir compaixão pelas vítimas inocentes deste desastre natural é humano*", mas lembrou também os mais de 50 mil pensionistas britânicos que morrem prematuramente devido ao frio e aos custos do aquecimento.

Madeira e Açores: PE aprova suspensão de direitos aduaneiros até 2019

O Parlamento Europeu aprovou hoje a suspensão à Madeira e aos Açores dos direitos da Pauta Aduaneira Comum aos produtos importados até finais de 2019. Esta suspensão temporária constitui uma de várias medidas concebidas com vista à melhoria da situação social e económica das ilhas, permitindo aos operadores económicos madeirenses e açorianos importar um determinado número de matérias-primas, peças, componentes e produtos acabados com isenção de direitos.

As autoridades regionais da Madeira e dos Açores solicitaram a introdução de suspensões temporárias dos direitos aduaneiros autónomos, a fim de reforçar a competitividade dos operadores económicos locais e, dessa forma, assegurar emprego mais estável nestas regiões ultraperiféricas.

Segundo a relatora do Parlamento Europeu, Danuta Hübner (PPE, Polónia), esta medida contribuirá para ajudar as PME e os agricultores locais, de modo a que possam investir e gerar empregos. "*No contexto da crise económica actual, a necessidade de tomar medidas específicas para estimular a actividade económica e estabilizar o emprego a médio prazo pode ser considerada em consonância com o plano de relançamento económico europeu e as medidas necessárias para responder aos problemas específicos das regiões ultraperiféricas*", afirma.

Para garantir que os produtos importados, sejam eles matérias-primas, peças ou produtos acabados, não distorcem a concorrência, serão sujeitos a controlos que assegurem a sua utilização por empresas locais nas ilhas por um período de pelo menos dois anos antes de poderem ser vendidos livremente a empresas situadas noutras partes da UE.

As matérias-primas, peças e componentes terão de ser utilizadas para fins agrícolas e de transformação e manutenção industrial nas regiões autónomas, para poderem beneficiar da suspensão de direitos.

A Comissão Europeia estima que o impacto nos recursos próprios/receitas da UE será na ordem dos 0,12 milhões de euros/ano para o período 2010-2019.

Por iniciativa do eurodeputado madeirense **Nuno Teixeira**, este relatório foi sujeito a um procedimento legislativo simplificado de forma a torná-lo mais célere, segundo o qual, e de acordo com o artigo 46 do regimento em vigor, é o próprio presidente da comissão parlamentar o relator da proposta, que é assim submetida a plenário para votação sem realização de debate.

As propostas do eurodeputado madeirense visavam em concreto "*um conjunto de produtos destinados a equipar a Zona Franca da Madeira, que constavam de um regulamento comunitário de 2000 e cuja vigência havia cessado em Dezembro de*

2008, bem como de pedidos adicionais apresentados em 2008 e 2009 pelo Governo Regional da Madeira, que não integravam a proposta inicial da Comissão Europeia".

De acordo com Nuno Teixeira "o desenvolvimento da Madeira e dos Açores está determinado pela sua periferia, insularidade, clima e geografia difíceis e dependência de um número reduzido de bens e serviços" pelo que "as dificuldades que estas regiões enfrentam de forma permanente justificam também apoios comunitários permanentes".

O eurodeputado do PSD acrescentou que "o regulamento aprovado hoje pelo Parlamento Europeu reforçará o posicionamento competitivo dos operadores locais e potenciará o emprego nas duas regiões autónomas".

Revisão do Acordo de Parceria África, Caraíbas, Pacífico - UE

As negociações para a segunda revisão do Acordo de Cotonou, que regula as relações entre a UE e os países ACP, poderão vir a ser finalizadas em Março. Os eurodeputados aprovaram hoje um relatório sobre as negociações em curso, no qual defendem que este é o momento oportuno para se proceder a ajustamentos à luz dos desafios actuais, como as alterações climáticas, o forte aumento dos preços dos produtos alimentares e do petróleo, a crise financeira e a extrema miséria em África.

O Parlamento Europeu considera que a coerência das políticas em prol do desenvolvimento, nomeadamente entre as políticas de comércio, de desenvolvimento, da agricultura e das pescas, deveria constituir o princípio orientador da cooperação para o desenvolvimento da UE e deveria ser abordada explicitamente no Acordo revisto.

Segundo os eurodeputados, é também necessário rever a parte do acordo ACP-UE referente aos acordos comerciais, de modo a introduzir disposições relativas a todos os regimes comerciais ACP-UE existentes, como o Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), SPG+ e os Acordos de Parceria Económica (APE) provisórios.

Combate aos paraísos fiscais deve constar das prioridades do Acordo

Os parlamentares solicitam à Comissão e aos governos dos países ACP que o combate aos paraísos fiscais, à evasão fiscal e à fuga ilícita de capitais conste das prioridades do Acordo de Cotonu. Neste contexto, apelam à criação de um mecanismo internacional vinculativo que obrigue todas as empresas multinacionais a declarar automaticamente os lucros arrecadados e os impostos pagos em cada país em que operem.

O PE exorta os negociadores a abordar o aspecto fiscal do desenvolvimento e a criar, nos países ACP, regimes fiscais eficazes e viáveis, de forma a assegurar fontes sustentáveis de financiamento do desenvolvimento, susceptíveis de substituir, a longo prazo, a dependência da ajuda externa.

Migração circular

Os eurodeputados defendem que o princípio da migração circular e da emissão de vistos circulares deve ser incluído no Artigo 13.º do Acordo ACP-UE.

O PE salienta que este artigo insiste no respeito pelos direitos humanos e na igualdade de tratamento dos nacionais dos países ACP, mas considera que *"o alcance destes princípios está gravemente comprometido pelos acordos bilaterais de readmissão celebrados com países de trânsito, num contexto de externalização da gestão dos fluxos migratórios por parte da Europa, que não assegura o respeito pelos direitos dos migrantes e que pode conduzir a uma sequência de readmissões que põem em risco a sua segurança e as suas próprias vidas"*.

Representação dos ACP na nova arquitectura financeira mundial

O relatório, elaborado pela eurodeputada francesa Eva Joly (Verdes/ALE), presidente da Comissão do Desenvolvimento do PE, apela à concepção e à adopção de uma nova arquitectura financeira mundial, que permita aos países em desenvolvimento fazerem-se representar através das respectivas organizações regionais e abordar as suas legítimas preocupações em matéria de desenvolvimento sustentável com base na sua situação específica.

O eurodeputado português Vital Moreira foi o relator de parecer da Comissão do Comércio Internacional do PE.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Vital Moreira, relator de parecer da Comissão do Comércio Internacional: *"A Comissão do Comércio Internacional, a que tenho a honra de presidir, decidiu tomar posição sobre a revisão em curso do Acordo de Cotonu por duas razões. Primeira, porque as trocas comerciais constituem parte essencial das relações entre os países ACP e a União Europeia. Em segundo lugar, porque o Acordo de Cotonu introduziu a nova figura dos Acordos de Parceria Económica, que são essencialmente acordos comerciais. Por isso decidimos participar com um relatório de que sou relator."*

Nesse relatório testemunhámos duas preocupações. Primeiro, respeitar a especificidade dos Acordos de Parceria Económica, bem como das instituições de monitorização parlamentar que eles estabeleceram, como é o caso do CARIFORUM, e, em segundo lugar, explorar as sinergias, respeitando a autonomia de ambas as instituições. Respeitar as sinergias – dizia eu – da Assembleia Parlamentar Conjunta entre a União Europeia e o ACP e as novas instituições interparlamentares dos Acordos de Parceria Económica".

Maria da Graça Carvalho (PPE): *"A presente revisão do Acordo de Cotonu introduz questões fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a integração progressiva dos países ACP na economia mundial. Questões como as alterações climáticas, a segurança energética, a capacitação e a educação são essenciais para o desenvolvimento destes países."*

O aquecimento global poderá, simultaneamente, representar uma oportunidade. Os custos energéticos renováveis de que estes países dispõem são indispensáveis para o seu desenvolvimento económico e social e permitem que avancem para uma situação de independência do ponto de vista da energia, de modo a fazer face à crise global."

O investimento na educação e na capacitação é igualmente fundamental para o combate contra a pobreza, o desemprego, a imigração e a fuga de cérebros, contribuindo para a construção da economia destes países.

Para terminar, gostaria de fazer uma menção especial aos pequenos Estados insulares que têm uma vulnerabilidade e uma fragilidade específica. Neste sentido, a aplicação do Acordo de Cotonu deverá ter em conta a Estratégia Internacional de Maurícias e o Plano de Acção de Barbados, que apontam um conjunto de medidas para ajudar os países insulares em desenvolvimento a alcançar o seu desenvolvimento sustentável".

Diogo Feio (PPE): *"O Parlamento Europeu é chamado, neste preciso momento, a pronunciar-se sobre a segunda revisão ao Acordo de Cotonu. Permitam-me, no entanto, que saliente as dificuldades que o Haiti neste momento enfrenta, convocando a solidariedade, acção e atenção internacionais. O meu primeiro pensamento vai, evidentemente, para aqueles que perderam a sua vida e que vivem dificuldades verdadeiramente inesperadas.*

Em relação ao nosso tema específico, é sabido que Cotonu visa criar um quadro para a cooperação que constitua uma resposta comum ACP-UE à globalização, contribua para a paz e segurança e fomenta um ambiente político democrático.

A revisão de 2005 deu um conjunto de passos no bom sentido. Há ainda muito caminho a percorrer. A crise económica e financeira mundial, o custo elevado dos alimentos e da energia e a questão climática justificam uma nova revisão.

Termino fazendo votos para que a União Europeia mantenha – e, sempre que possível, aumente – os níveis de ajuda aos países ACP. Subscrovo a posição do necessário envolvimento dos parlamentos nacionais daqueles países nos actuais e futuros processos de revisão do Acordo e reitero a necessidade de, para isso, os convocar".

João Ferreira (CEUE/EVN): *"A revisão dos Acordos de Cotonu deve promover uma inflexão na política de cooperação e ajuda ao desenvolvimento da União Europeia. Esta política deve ser orientada para uma genuína cooperação e solidariedade e contribuir para promover um desenvolvimento autónomo e soberano dos países ACP.*

São múltiplos os mecanismos que hoje mantêm muitos destes países sob relações de dominação e subjugação. A asfixiante dívida externa, várias vezes paga e, não obstante, sempre crescente, tem um papel central no estabelecimento deste tipo de relações.

A pressão feita pela União Europeia para a implementação dos Acordos de Parceria Económica (fundamentalmente acordos de livre comércio) que tem reflexos nas prioridades actuais do Fundo Europeu de Desenvolvimento, que urge rever, é elucidativa do caminho que tem vindo a ser seguido. Um caminho que procura forçar a sujeição destes países a novas relações de dependência, aos interesses das multinacionais, e que conduz à sobreexploração dos seus recursos em favor de interesses que não os dos seus povos. A ajuda ao desenvolvimento não deve depender da implementação dos Acordos de Parceria Económica. As reservas e objecções dos países ACP devem ser respeitadas, assim como as prioridades por si estabelecidas".

PE elege Provedor de Justiça Europeu: Nikiforos Diamandouros fica até 2014

O Parlamento Europeu reelegeu hoje o grego Nikiforos Diamandouros para Provedor de Justiça Europeu. No posto desde 2003, Diamandouros foi eleito com os votos favoráveis de 340 eurodeputados, contra 289 votos para o candidato belga Pierre-Yves Monette e 19 votos para o italiano Vittorio Bottoli. O mandato de Diamandouros terminará em 2014.

O Provedor de Justiça Europeu investiga casos de má administração nas instituições e organismos da UE e procede a inquéritos com base em queixas que lhe são apresentadas, mas pode também fazê-lo por sua própria iniciativa. Má administração ocorre quando uma instituição não actua de acordo com a lei, não respeita os princípios de boa administração, ou viola os direitos humanos, como por exemplo, irregularidades administrativas, discriminação, abuso de poder, ausência de resposta, recusa de informação ou atrasos desnecessários.

País de origem das queixas registadas em 2008

País – número de queixas

Alemanha – 546

Espanha – 352

Polónia – 270

França – 240

Bélgica – 229

Itália – 219

Reino Unido – 197

Grécia – 110

Áustria – 108

Roménia – 97

Portugal – 95

Países Baixos – 78

Bulgária – 74

República Checa – 66

Suécia – 52

Finlândia – 49
Hungria – 46
Irlanda – 45
Eslovénia – 41
Malta – 36
Chipre – 35
Luxemburgo – 33
Eslováquia – 29
Dinamarca – 23
Letónia – 18
Lituânia – 11
Estónia – 7
Outros – 221
Desconhecidos – 79

Zapatero no Parlamento Europeu: recuperação económica é prioritária

A redução da dependência energética da UE, o desenvolvimento dos automóveis eléctricos para combater as alterações climáticas e a melhoria da qualidade das universidades europeias foram algumas das prioridades destacadas por Zapatero durante a sua intervenção no Parlamento Europeu. Os líderes dos grupos políticos concordaram que a recuperação económica deve estar no topo da lista de prioridades da presidência espanhola, mas nem sempre apoiaram Zapatero quanto às medidas concretas para o fazer.

José Luis Rodríguez Zapatero, Presidente em exercício do Conselho de Ministros da UE, disse aos eurodeputados que a recuperação económica é o seu primeiro objectivo. As outras prioridades destacadas pelo primeiro-ministro espanhol foram a criação de um "*mercado comum de energia*", para ajudar a UE a reduzir a sua dependência energética, e de um "*mercado interno digital*", essencial para reforçar a produtividade e promover o e-commerce.

Zapatero defendeu também o desenvolvimento de uma indústria automóvel sustentável e a promoção de carros eléctricos, o que contribuiria para o combate às alterações climáticas e para o progresso tecnológico.

Para que a UE desempenhe um *"papel de liderança"* no futuro tem de investir também na inovação e na educação, frisou o primeiro-ministro espanhol.

A implementação dos novos instrumentos criados pelo Tratado de Lisboa, como a iniciativa popular que permite aos cidadãos propor legislação às instituições europeias, a luta contra a violência doméstica e a protecção das mulheres e das vítimas de outros crimes foram outros dos assuntos abordados pelo Presidente em exercício do Conselho.

Zapatero assumiu ser *"um grande defensor do Pacto de Estabilidade e de Crescimento"*, mas também de *"estímulos públicos, que devem ser corrigidos quando as circunstâncias o permitirem"*.

O primeiro-ministro espanhol disse ainda apoiar o favorecimento da actividade empresarial e da área digital, mas não a especulação financeira ou imobiliária.

Começando a sua intervenção em castelhano, José Manuel Durão Barroso elogiou a *"longa tradição"* espanhola de *"compromisso com a Europa"*. O Presidente da Comissão Europeia defendeu uma economia social de mercado *"competitiva, inovadora e inclusiva"* e a nova Estratégia "UE 2020".

Intervenção dos grupos políticos

O debate incentivado por Zapatero sobre um possível governo económico europeu é algo que Joseph Daul (PPE, FR) diz ver com bons olhos *"Não devemos reacear os grandes debates, a economia social é uma das questões que mais preocupa os nossos cidadãos e é uma questão de sobrevivência para a Europa e para o seu modelo social"*, sublinhou. *"A criação de mais postos de trabalho não deve passar por mais despesas públicas"*, defendeu o líder do PPE, mas pela criação de melhores condições para as empresas, em especial para as PME.

Para **Martin Schulz** (S&D, DE), as cimeiras não resolvem os problemas. *"O que precisamos é de soluções que sejam depois implementadas a nível dos Estados-Membros"*, frisou, atribuindo a falta de resultados da Estratégia de Lisboa à inacção por parte dos países. Precisamos de *"transferir o governo espanhol para a Europa"*, defendeu o líder dos socialistas, não poupando elogios a Zapatero: *"o governo espanhol é um bom governo e temos um enorme orgulho naquilo que conseguiu fazer"*. A abordagem espanhola é *"cheia de esperança"* e pode contar com o apoio do grupo S&D, concluiu.

Guy Verhofstadt (ALDE, BE) destacou duas prioridades: a Estratégia pós-Lisboa (Estratégia "UE 2020") e uma nova estratégia pós-Copenhaga. O eurodeputado afirmou que *"o método de coordenação aberta falhou para a Estratégia de Lisboa"* e que *"precisamos de mudança, de debate e, se necessário, de sanções"*. Quanto ao dossier das alterações climáticas, defendeu que deve haver uma pessoa na UE responsável pela sua negociação no âmbito das Nações Unidas: *"alguém deve ser responsável e negociar em nome de todos"* para se obterem resultados. O eurodeputado propôs um acordo trilateral entre a UE, EUA e China e não *"sonhar reunir não sei quantos países em torno de um mesmo programa"*.

Daniel Cohn-Bendit (Verdes/ALE, FR) defendeu um pacto europeu de economias de energia (com um aumento de 20% para 30% na economia de energia até 2020), comboios eléctricos e a aposta nas renováveis para a criação de postos de trabalho. A educação e o processo de Bolonha foram outros dos aspectos abordados pelo eurodeputado francês: *"Se quiser dar um novo ímpeto ao processo de Bolonha tem*

de pôr em questão todos os currículos", disse, lembrando a Zapatero que os estudantes protestam nas ruas "contra a degradação do ensino superior".

Segundo **Timothy Kirkhope** (ECR, UK), *"a sugestão de apenas coordenar os planos para a recuperação económica não é suficiente, precisamos de sanções"* contra os países que não respeitem as regras. Em relação à política externa, o eurodeputado destacou a situação no Irão, pedindo à Espanha que se mantenha atenta à questão do programa nuclear.

Para **Willy Meyer** (CEUE/EVN, ES), o programa de Zapatero *"não resolve o fundamental"*. O eurodeputado criticou a falta de intervenção no mercado, em especial no sector financeiro, e o facto de estar a *"ser desmantelado o modelo social europeu"*. O parlamentar defendeu ainda uma cimeira europeia sobre a situação no Saara Ocidental e o seu direito à autodeterminação.

Marta Andreasen (EFD, UK) abordou a questão dos reformados que encontram sérios problemas no mercado imobiliário espanhol. *"Queremos que as pessoas possam viver nas casas que compraram"* ou que então sejam ressarcidas.

Segundo **Francisco Sosa Wagner** (NI, ES), *"a Espanha quer desempenhar um papel determinante na Europa"*. A *"união de Estados é a única maneira de enfrentar os problemas no mundo"*, adiantou, bem como a solidariedade. O eurodeputado pediu a Espanha que não convoque a cimeira com Marrocos enquanto não for decidida a questão do Saara Ocidental, lembrando que *"os direitos são a alma europeia"*.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Ilda Figueiredo (CEUE/EVN): *"O momento que estamos a viver deveria implicar uma mudança de fundo nas políticas e prioridades da União Europeia, quando o desemprego atinge números alarmantes, com mais de 24 milhões de desempregados e um aumento superior a 5 milhões, apenas durante o último ano, o que também contribuiu para o agravamento da pobreza, que hoje atinge mais de 80 milhões de pessoas."*

Impunha-se um pacto de desenvolvimento e o progresso social que aposte na produção, designadamente agrícola e industrial, no emprego com direitos e na inclusão social, em vez de voltar a insistir no Pacto de Estabilidade, como fez o Sr. Presidente do Conselho, e nas liberalizações e receitas neoliberais. Já vimos, foram elas que contribuíram para aumentar as desigualdades, para favorecer os ganhos e lucros dos grupos económicos e financeiros enquanto, em média, mais de 21% dos jovens não conseguem um emprego na União Europeia, uma em cada 5 crianças vivem uma situação de pobreza e as discriminações das mulheres voltam a aumentar. Por isso, o desafio que se impõe é uma ruptura com estas políticas actuais".

Miguel Portas (CEUE/EVN): *"Sr. Zapatero, creio que sabe tão bem como eu que o crescimento da produção na Europa vai ser lento e medíocre durante os próximos anos. É por isso que eu não consigo perceber porque é que é a sua insistência no regresso do Pacto de Estabilidade em versão ortodoxa, ou seja, como comparação do investimento público e da despesa social."*

Gostava também de lhe perguntar sobre os silêncios da sua intervenção. Por que é que não houve uma palavra sobre os paraísos fiscais? Por que é que não houve uma palavra sobre a resistência de alguns Estados-Membros ao fim do segredo

bancário? Por que é que não houve uma palavra para uma verdadeira iniciativa europeia, para a taxaço das transacções financeiras? No fundo, a pergunta que eu lhe coloco é: porque é que a justiça na economia, um mínimo de justiça na economia, fica sempre de fora dos vossos compromissos?"

Paulo Rangel (PPE): *"Eu queria deixar claro que na intervenção que aqui fez, designadamente no plano económico, há algumas ambiguidades. As intenções e as declarações de intenções são boas, mas há algumas ambiguidades, designadamente não há medidas concretas no combate ao desemprego. Mas, apesar desta reserva, eu gostava de centrar o meu discurso no plano institucional.*

A presidência espanhola fala muito na questão da iniciativa popular, fala na instalação rápida e breve do sistema do Serviço de Acção Externa. Ora, no plano institucional eu penso que era também importante, uma vez que estamos no arranque do Tratado de Lisboa, alguma pronúncia sobre a relação com as restantes instituições e o que acho que seria muito importante é que houvesse da parte do Conselho e da parte da presidência espanhola, por um lado, uma clara vontade de colaboração com a Comissão e com o Parlamento, uma tentativa de clarificar como que é que as relações entre a Comissão e o Parlamento vão decorrer no contexto do Tratado de Lisboa, porque a presidência espanhola tem aqui uma oportunidade única que é a oportunidade de criar precedentes.

Aquilo que fizer a presidência espanhola no conjunto das relações articuladas, por um lado com a Comissão, por outro lado com o Parlamento e mesmo com o Presidente do Conselho Europeu, aquilo que fizer pode marcar de forma decisiva aquele que vai ser o sucesso do Tratado de Lisboa, e por isso gostava de o ouvir de uma forma mais clara sobre o modo como vê a articulação das relações entre presidência rotativa, Comissão, Parlamento e presidência do Conselho".

Edite Estrela (S&D) : *"Me alegro de tener la oportunidad de decir que José Luis Zapatero no ha dejado de sorprender a las mujeres europeas con medidas de gran innovación y progreso. Desde luego, por la formación de un gobierno verdaderamente paritario y la manera valiente con que ha llevado a la agenda nacional y europea los temas de la igualdad de género y del respeto hacia el otro.*

Señor Presidente, lo felicito calurosamente por su ambicioso programa de acción contra la violencia de género, que es una lacra social. La creación de un observatorio europeo sobre violencia de género es una propuesta de vanguardia que las mujeres europeas apoyan y aplauden.

Señor Presidente, en nombre de los socialistas portugueses, le deseo buena suerte. Puede contar con nuestra solidaridad. ¡Las mujeres con Zapatero!"

Carlos Coelho defende uma Europa da Justiça e não apenas da Segurança

O Parlamento Europeu reclamou na sua sessão plenária que sejam tomadas iniciativas que contribuam para o desenvolvimento da cooperação judiciária e penal na UE.

Durante vários anos esteve bloqueada no Conselho uma iniciativa que assegurava uma maior homogeneidade em relação às garantias processuais das pessoas no âmbito de infracções penais.

O Conselho decidiu, entretanto, avançar com uma abordagem gradual, passo a passo, tendo sido apresentada uma iniciativa que visa apenas estabelecer normas mínimas comuns relativas ao direito dos suspeitos que não compreendam, nem falem a língua do processo, garantindo uma assistência linguística gratuita em todas as fases do processo.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, as negociações foram igualmente suspensas e o PE espera que não seja o início de um novo impasse. Por isso, os Deputados dirigiram uma pergunta oral à Comissão e ao Conselho de forma a obter, por parte destes, compromissos claros quanto à apresentação e tramitação das necessárias iniciativas legislativas.

O Deputado europeu do PSD, **Carlos Coelho** defendeu que a construção do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça deve *"assentar no pleno respeito e salvaguarda dos Direitos Fundamentais, e na afirmação dos princípios que regem um processo equitativo."*

Carlos Coelho afirmou que, durante a Presidência Sueca foi decidido *"iniciar uma abordagem em pequenos passos, tendo sido aprovado um Guia, em relação ao qual não foi conferida, lamentavelmente, qualquer participação a este Parlamento. Tenha dúvidas em relação a este tipo de abordagem, uma vez que os direitos processuais estão estreitamente relacionados uns com os outros, tornando-se muito difícil proceder a uma separação, sob pena de se colocar em risco a coerência dos direitos de defesa e a solidez das salvaguardas processuais."*

Carlos Coelho instou a Comissão a tornar este dossier *"uma das suas prioridades, e exercer o seu direito de iniciativa para completar este quadro jurídico, com outras iniciativas englobando os restantes direitos, como por ex. o direito a um julgamento justo, a assistência judiciária, a uma protecção adequada para as categorias de pessoas mais vulneráveis, a ser informado sobre os seus direitos, entre outros. "*

Na opinião do Deputado, só desta forma se poderá *"contribuir para o reforço da confiança dos cidadãos nas autoridades judiciárias e destas nos diferentes sistemas judiciais dos demais Estados Membros, o que é essencial para garantir uma verdadeira aplicação do princípio do reconhecimento mútuo."*

A terminar, Carlos Coelho afirmou que, só desta forma podemos *"combater a ideia de que estamos a desenvolver uma cooperação judiciária e penal na UE desequilibrada, onde os únicos instrumentos que se conseguem aprovar são os que dizem respeito às necessidades de acusação, de aplicação da lei e reforço da segurança (como é o caso por ex. do Mandado de Detenção Europeu) sem cuidar, com igual determinação do apoio às vítimas e do respeito pelos direitos dos cidadãos que estão perante a justiça. O mesmo é dizer que queremos construir também a Europa da Justiça e não apenas a da segurança."*

SWIFT: Parlamento Europeu vai votar brevemente acordo provisório

O Parlamento Europeu vai ter a última palavra sobre o acordo SWIFT relativo à transferência de dados bancários para os Estados Unidos, assinado a 30 de Novembro e que deveria entrar em vigor a 1 de Fevereiro e vigorar por nove meses. Os eurodeputados vão receber o documento na segunda-feira, 25 de Janeiro, garantiu em plenário Diego López Garrido, em representação da presidência espanhola do Conselho.

O não envolvimento do Parlamento na aprovação deste acordo tem sido alvo de muitas críticas por parte dos eurodeputados, que consideram ser uma violação do Tratado de Lisboa e das novas prerrogativas parlamentares.

"Agora fica nas vossas mãos", disse Diego López Garrido, Secretário de Estado espanhol dos Assuntos Europeus, anunciando em plenário que o acordo provisório vai ser enviado aos eurodeputados na segunda-feira, dia 25 de Janeiro, para aprovação ("*consent*").

Com o Tratado de Lisboa, passa a ser necessária a aprovação do Parlamento Europeu para este tipo de acordos.

O acordo actualmente em vigor caduca a 31 de Janeiro, estando previsto que o acordo provisório entre em vigor a 1 de Fevereiro, por um período de nove meses. O PE irá também estar envolvido na negociação do acordo SWIFT a longo termo, que substituirá depois este acordo provisório.

Diego López Garrido explicou que a causa do envio tardio dos documentos aos deputados se ficou a dever a atrasos na tradução para as várias versões linguísticas.

Intervenção dos grupos políticos

"Temos de olhar para as normas de protecção de dados e como esses dados são armazenados", salientou **Manfred Weber** (PPE, DE). Quanto à cooperação com os Estados Unidos, o eurodeputado afirmou: "*queremos trabalhar com os nossos parceiros na luta contra o terrorismo*", mas temos de aplicar "*critérios europeus a dados europeus*".

Martin Schulz (S&D, DE) considera este processo "*extremamente sério*". A "*nova prática que começa com o Tratado de Lisboa*" exige a intervenção do PE, a qual deve ser "*plena*" num "*acordo de tão grande importância*". O líder do S&D sublinhou que "*este acordo tem implicações graves a nível dos direitos dos nossos cidadãos*" e que o PE tem de garantir a defesa desses direitos, por exemplo, "*assegurar que os dados são apagados passado certo tempo*". É necessário evitar uma "*decisão arbitrária por parte dos Estados*", frisou, avaliando-se, por um lado, a necessidade destas medidas por razões de segurança e, por outro, o respeito pelos direitos dos cidadãos. "*Temos de avaliar a mais-valia da entrada em vigor do acordo SWIFT*" e precisamos da documentação necessária para o fazer, concluiu.

Guy Verhofstadt (ALDE, BE) salientou que o "sim" do PE depende de algumas condições, como a plena participação do PE, que este receba todas as informações necessárias e que seja associado às negociações do acordo definitivo. O eurodeputado disse que ia pedir à Conferência de Presidentes que agendasse uma votação em plenário antes da entrada em vigor do acordo, prevista para 1 de Fevereiro.

*"É altamente arriscado que o Conselho aprove e ponha em vigor este acordo provisório sem a intervenção do PE", avisou **Rebecca Harms** (Verdes/ALE, DE), lamentando a ausência da Comissão no debate. Na sua opinião, "é não apenas uma provocação ao PE", mas também "uma violação do Tratado de Lisboa". Não há pressa, há outros acordos em vigor, sublinhou a eurodeputada. "Não assegurar um controlo parlamentar sobre este acordo é grave" e é contra a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, concluiu.*

Segundo **Timothy Kirkhope** (ECR, UK), "o SWIFT tem sido um instrumento valioso", mas o PE tem de ser consultado sobre este acordo provisório. A aprovação parlamentar não pode ser um "exercício retrospectivo", disse.

Rui Tavares (CEUE/EVN, PT): *"Esta câmara tem sido tratada de uma forma insultuosa e praticamente humilhante durante todo este processo. Dizer-nos que temos que esperar pelas versões linguísticas é inaceitável, quando sabemos que há várias versões publicadas na imprensa, após fugas de informação para a imprensa. Foi-nos apresentado, apesar de tudo, um esboço do acordo a uma sexta-feira em Bruxelas, quando os deputados tinham vindo de Estrasburgo. Havia um deputado só presente em Bruxelas. No caso, era eu.*

É também inaceitável que se refira o relatório Bruguère repetidamente, um relatório secreto, como se ele fosse convincente, quando quem lê o relatório Bruguère sabe que ele não tem praticamente nenhuns dados empíricos.

É inaceitável que se diga que este é um acordo provisório, quando os dados recolhidos durante os próximos nove meses ficarão durante cinco anos nas mãos da Administração americana. Não só de uma Administração Obama, mas talvez de uma Administração Sarah Palin. Qual é o cidadão europeu que se sente seguro? Não nos deixam outra hipótese senão rejeitar este acordo, como é evidente, e não nos facilitaram a vida.

No entanto, nós, ao rejeitá-lo, faremos um favor à Comissão, porque entram duas novas Comissárias, a Sra. Malmström e a Sra. Reding, que certamente saberão negociar um melhor acordo desde o zero e que, sei, estão desejosas de o fazer".

*"O acordo SWIFT parece levar a restrições inaceitáveis das liberdades cívicas", disse **Martin Ehrenhauser** (NI, AT), garantindo que irá analisar atentamente o texto do acordo e "manter firme o princípio da proporcionalidade".*

Ordem do dia 18 a 21 de Janeiro de 2010

► **Segunda-feira, 18 de Janeiro de 2010**

17:00 - 18:00

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

► **Terça-feira, 19 de Janeiro de 2010**

15:00 - 20:00

Declaração da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança / Vice-Presidente da Comissão - Recente sismo no Haiti

Declaração da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança / Vice-Presidente da Comissão - Situação no Irão

Declaração da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança / Vice-Presidente da Comissão - Situação no Iémen

Declaração da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança / Vice-Presidente da Comissão - Situação no Iraque

21:00 - 24:00

Relatório Eva Joly (A7-0086/2009) - Segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-CE (Acordo de Cotonu)

Perguntas orais - Direitos processuais em processo penal (O-0155/2009 - B7-0343/2009) (O-0156/2009 - B7-0344/2009)

Perguntas orais - Tráfico de seres humanos (O-0148/2009 - B7-0341/2009) (O-0149/2009 - B7-0342/2009)

► **Quarta-feira, 20 de Janeiro de 2010**

9:30 - 12:20

Declaração do Conselho - Apresentação do programa da presidência espanhola

12:30 - 13:00

Votação

Eleição do Provedor de Justiça Europeu

Nos termos do artigo 46.º, n.º 2 do Regimento:

Relatório Danuta Maria Hübner (A7-0001/2010) - Suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre as importações de um determinado número de produtos industriais nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores 10
Proposta de decisão - Decisão do Parlamento Europeu sobre uma proposta relativa a um membro do comité responsável pela nomeação dos Juízes e Advogados Gerais do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral

15:00 - 18:00

Declaração do Conselho - SWIFT

Declarações do Conselho e da Comissão - Resultados da cimeira de Copenhaga sobre as alterações climáticas

18:00 - 19:00

Período de perguntas ao Conselho (B7-0002/2010)

21:00 - 24:00

Declarações do Conselho e da Comissão - Democratização da Turquia

Pergunta oral - Estratégia europeia para a região do Danúbio (O-0150/2009 - B7-0240/2009)

► **Quinta-feira, 21 de Janeiro de 2010**

10:00 - 10:50

Declaração da Comissão - Relações UE - Tunísia

10:50 - 11:50 [ou no final do debate anterior]

Debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (Artigo 122.º do Regimento)

Recentes ataques contra minorias religiosas no Egipto e na Malásia

Violações dos direitos humanos na China, nomeadamente o caso de Liu Xiaobao
Filipinas

12:00 - 13:00

Votação

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (Artigo 122.º do Regimento)

